

Ney Fayet Júnior

DOS ACIDENTES DE TRABALHO

(sociedade de) risco,
proteção dos trabalhadores
e Direito Criminal

— com a colaboração de —
Ricardo Carvalho Fraga

4ª EDIÇÃO
revista, atualizada e ampliada



2020, Aspas Editora, 4ª edição
CAPA Rafaela Masoni
DIAGRAMAÇÃO Rafaela Masoni
REVISÃO Bárbara Moreira Dal Castel

1132557

Todos os direitos desta edição estão reservados com base na Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998).

Fayet Júnior, Ney. Dos acidentes de trabalho : (sociedade de) risco, proteção dos trabalhadores e direito criminal / Ney Fayet Júnior. -- 4. ed. rev., atual. e ampl. -- Gramado, RS : Ed. do Autor, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-06367-7

1. Acidentes de trabalho - Legislação - Disposições penais - Brasil
2. Direito penal - Brasil
3. Direito do trabalho
4. Segurança do trabalho - Legislação - Brasil I. Título.

20-40183

CDU-34:331.823

Índices para catálogo sistemático:

1. Acidentes do trabalho : Direito do trabalho 34:331.823
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



editecomaspas@gmail.com
+55 51 99575.2030

SUMÁRIO

Nota introdutória à 4ª edição:	
Dr. André Mauro Lacerda Azevedo	19
Nota preliminar à 4ª edição	39
Nota preliminar à 3ª edição	43
Nota preliminar à 2ª edição	45
Lista de abreviaturas	46
Apresentação	57
Capítulo 1 — A sociedade de risco	65
1.1. Noções gerais.....	66
1.2. Noções específicas.....	83
Capítulo 2 — Da proteção dos trabalhadores a partir de uma intervenção criminal adicional	95
2.1. Considerações genéricas.....	97
2.2. Considerações específicas.....	101
2.3. Da necessidade da intervenção criminal adicional...107	
2.4. Da (in)conveniência de um incremento punitivo específico em matéria de segurança do trabalho.....109	
2.4.1. Da existência de um bem jurídico digno de tutela penal específica.....110	
2.4.2. Possíveis formas de intervenção criminal adicional.....111	
2.4.2.1. Da qualificação dos delitos culposos.....111	
2.4.2.2. Da construção de delito de perigo contra a segurança laboral.....112	
2.4.2.3. Da construção de delito de infração contumaz (das determinações fiscalizatórias).....115	
2.4.2.4. Da punição da pessoa jurídica.....116	
2.5. Da (função da) pena criminal no contexto do Estado social e democrático de Direito em face dos acidentes de trabalho.....120	
2.6. Da racionalidade punitiva.....123	

Capítulo 3 — Do fundamento do crime culposo.....	125
3.1. Das modalidades (imperícia, imprudência e negligência) da culpa <i>stricto sensu</i>	131
3.2. Das regras amplas de cautela na sociedade.....	135
3.3. Do concurso de agentes nos crimes culposos.....	145
3.3.1. Da coautoria em crime culposo.....	147
3.3.2. Da participação (dolosa ou culposa) em crime culposo.....	149
3.4. Das classes da culpa.....	149
3.4.1. Da culpa inconsciente.....	150
3.4.2. Da culpa consciente.....	150
3.4.3. Da proximidade entre a culpa consciente e o dolo eventual.....	150
3.4.4. Da proximidade entre a culpa inconsciente e a <i>infelicitas facti</i>	151
3.4.5. Da culpa própria e da culpa imprópria.....	152
3.5. Da compensação de culpas.....	153
3.6. Dos graus de culpa.....	155
3.7. Da culpa presumida.....	156
3.8. Da tentativa de crime culposo.....	156
3.9. Da culpa exclusiva da vítima.....	157
3.10. Do crime preterdoloso.....	157
Capítulo 4 — Da relação de causalidade.....	159
4.1. Da relação de causalidade.....	161
4.2. Da causalidade nos crimes materiais.....	163
4.3. Da causalidade nos crimes omissivos.....	163
4.3.1. Da causalidade nos crimes omissivos próprios.....	165
4.3.2. Da causalidade nos crimes omissivos impróprios.....	165
4.4. Breves considerações sobre a teoria da imputação objetiva.....	168

Capítulo 5 — Dos mecanismos de imputação jurídico-penal na criminalidade nas empresas	175
5.1. O papel dos administradores.....	179
5.2. O papel dos encarregados.....	185
5.3. A culpa exclusiva da vítima (o próprio trabalhador).....	187
5.4. O princípio da autorresponsabilidade.....	193
Capítulo 6 — A investigação criminal nos acidentes de trabalho	195
6.1. Aspectos gerais.....	197
6.2. Aspectos específicos.....	203
6.3. Do termo circunstanciado.....	203
6.4. Da delegacia de polícia acidentária.....	204
Capítulo 7 — A denúncia criminal nos acidentes de trabalho	207
7.1. Aspectos gerais.....	212
7.2. Aspectos específicos.....	215
7.2.1. Do homicídio culposo simples (artigo 121, parágrafo 3º, do Código Penal).....	216
7.2.2. Do homicídio culposo qualificado (artigo 121, parágrafo 4º, primeira parte, do Código Penal).....	219
7.2.3. Do crime de perigo para a vida ou saúde de outrem (artigo 132 do Código Penal).....	222
7.2.4. Do concurso de pessoas.....	223
7.2.5. Do concurso de crimes.....	225
7.2.6. Da competência (relativa) em razão do lugar do crime.....	226
7.2.7. Do requerimento da fixação do valor mínimo da indenização cível.....	227
7.2.8. Da decisão que aprecia as teses desafiadas na resposta à acusação.....	228

Capítulo 8 — Breves considerações sobre a Lei 9.099/95	231
8.1. Da lesão corporal culposa simples (artigo 129, parágrafo 6º, do Código Penal).....	234
8.2. Da lesão corporal culposa qualificada (artigo 129, parágrafo 7º, do Código Penal).....	235
8.3. Do homicídio culposo (artigo 121, parágrafo 3º, do Código Penal).....	236
8.4. Do homicídio culposo qualificado (artigo 121, parágrafo 4º, primeira parte, do Código Penal).....	236
8.5. Do perigo para a vida ou saúde de outrem (artigo 132 do Código Penal).....	237
8.6. Da execução de serviço de alto grau de periculosidade (artigo 65 da Lei 8.078/90).....	238

Capítulo 9 — A sentença criminal nos acidentes de trabalho	241
9.1. Aspectos gerais.....	243
9.2. Aspectos específicos.....	245
9.2.1. Da incorporação do concurso de crimes na sentença penal.....	246
9.2.2. Da majoração da pena representada pela inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício.....	247
9.2.3. Do valor indenizatório fixado na sentença penal condenatória.....	247
9.2.4. Da vinculação temática entre o articulado na denúncia e na sentença.....	250
9.2.4.1. Da <i>emendatio libelli</i>	251
9.2.4.2. Da <i>mutatio libelli</i>	252
9.2.5. Da codelinquência.....	253
9.2.6. Do perdão judicial.....	253
9.2.7. Da sentença absolutória sumária.....	254
9.2.8. Da sentença absolutória própria.....	255
9.2.9. Da sentença absolutória imprópria.....	256

9.2.10. Da condenação do réu diante do pedido de absolvição formulado pelo Ministério Público.....	257
9.2.11. Da adoção do critério do voto médio no julgamento em Segunda Instância.....	258
9.2.12. Da intimação e do recurso da sentença criminal.....	259
9.2.13. Dos embargos declaratórios.....	261
Capítulo 10 — Da prescrição penal.....	263
10.1. Introdução.....	265
10.2. Conceito.....	266
10.3. Fundamento.....	267
10.4. Natureza jurídica.....	268
10.5. Espécies de prescrição.....	269
10.6. Efeitos.....	270
10.7. Dos prazos.....	271
10.8. Do termo inicial da prescrição.....	271
10.8.1. Do termo inicial da prescrição da ação.....	217
10.8.2. Do termo inicial da prescrição da condenação.....	272
10.9. Das causas interruptivas e suspensivas do prazo prescricional.....	273
10.9.1. Das causas interruptivas da prescrição.....	273
10.9.1.1. Das causas interruptivas do prazo prescricional da pretensão punitiva abstrata e retroativa.....	274
10.9.1.2. Das causas interruptivas do prazo prescricional da pretensão executória.....	274
10.9.2. Das causas suspensivas (ou impeditivas) da prescrição.....	275
10.9.2.1. Das causas suspensivas do prazo prescricional da pretensão punitiva abstrata e retroativa.....	275

10.9.2.2. Das causas suspensivas do prazo prescricional da pretensão punitiva executória.....	276
10.10. Da forma de contagem.....	276
10.10.1. Da prescrição da pretensão punitiva (prescrição da ação).....	276
10.10.2. Da prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	277
10.10.3. Da prescrição da pretensão punitiva intercorrente.....	278
10.10.4. Da prescrição da pretensão executória (prescrição da condenação).....	278
10.11. Do concurso de crimes.....	279
10.12. Da prescrição em perspectiva (ou antecipada).....	279
10.13. Da prescrição penal e civil.....	280
10.14. Da prescrição penal e trabalhista.....	280
Capítulo 11 — Das penas alternativas.....	285
11.1. A importância das penas alternativas.....	287
11.2. Noções gerais sobre o sistema de substituição.....	288
11.3. Do conceito, espécies e características.....	290
11.4. Dos requisitos para a substituição.....	291
Capítulo 12 — Da suspensão condicional da (execução da) pena.....	295
12.1. Noções gerais.....	297
12.2. Conceito.....	297
12.3. Aspectos específicos.....	300
12.4. Da revogação do benefício da suspensão condicional da pena e a justa causa.....	301

Capítulo 13 — Do acidente de trabalho na Lei de Execuções Penais.....	303
13.1. Noções gerais.....	305
13.2. Do trabalho penitenciário à luz da Lei de Execução Penal.....	310
13.3. Da especificidade do trabalho penitenciário.....	314
13.4. Do acidente de trabalho: artigo 50 da Lei de Execução Penal: falta grave.....	317
Capítulo 14 — Do direito extrapenal.....	319
14.1. As relações produtivas no direito civil.....	321
14.2. Aspectos das relações produtivas no direito trabalhista e dados concretos.....	328
Capítulo 15 — Da evolução histórica da legislação acidentária e da própria organização dos trabalhadores.....	335
15.1. Noções gerais.....	337
15.2. Breve notícia sobre a evolução histórica da legislação acidentária.....	378
15.3. Das Associações Internacionais dos Trabalhadores.....	341
15.4. Da Organização Internacional do Trabalho.....	351
Conclusões.....	355
Referências.....	363
Publicações na web.....	392
Outras obras do autor Ney Fayet Júnior.....	397
Outras obras do colaborador Ricardo Carvalho Fraga.....	404